

PODCAST SOBRE TONS

Temporada 1 - Episódio 4

Título:

Vidas negras importam: o caso João Alberto

Duração: 13 minutos e 20 segundos

(LOCUÇÃO COM VOZ FEMININA)

A cena é impactante. Dois homens avançam sobre um terceiro homem e jogam ele no chão. O espancamento começa. Um segura, enquanto o outro dá vários socos na cabeça da vítima. São dois contra um, que não consegue se defender. Aos poucos, outras pessoas se aproximam. Vão ajudar a vítima? Uns filmam, alguns apenas observam, e tem ainda outros que se unem aos agressores. A esposa da vítima chega e tenta ajudar o marido, mas é empurrada. Impedida de reagir, ela é obrigada a assistir seu companheiro ser violentado até a morte.

Teria sido um acerto de contas? Um crime de vingança, talvez... Um linchamento público? Uma briga de bar?

Não, nada disso. João Alberto, um homem negro de 40 anos, apenas tinha ido fazer compras com sua esposa. Ele foi covardemente assassinado no estacionamento do supermercado Carrefour, em Porto Alegre, por um motivo fútil: um desentendimento com funcionários da loja. Ele foi espancado e asfixiado por seguranças do local, com a ajuda de outros funcionários, na frente de pelo menos 15 testemunhas e de câmeras de segurança.

(COMEÇA TRILHA SONORA AO FUNDO)

Este é o podcast Sobre Tons. Eu sou Chris Antuña, do Ministério Público de Minas Gerais, e te convido a refletir sobre a banalização da violência contra pessoas negras no Brasil. Vamos lá?

(TERMINA TRILHA SONORA)

João Alberto Silveira Freitas vive com a esposa, Milena Borges, em uma comunidade na Vila Farrapos, em Porto Alegre. Ele tem quatro filhos e trabalha como pedreiro e pintor.

Em 19 de novembro de 2020, o casal vai ao supermercado Carrefour. Depois das compras, já no caixa, começa um desentendimento, depois de João fazer um gesto para uma funcionária.

Ele então é levado até a saída por dois seguranças. Uma terceira funcionária acompanha e filma toda a ação. Quando o grupo tá chegando ao estacionamento, a discussão aumenta e João dá um soco em um dos seguranças, que responde com mais agressões e chutes.

Tem sangue no chão. Ele pede por ajuda, mas os funcionários impedem que a esposa e outros passantes façam qualquer coisa. Após ser fortemente espancado por cerca de dois minutos, ele é imobilizado e asfixiado por mais de quatro minutos.

A vítima para de se mover. Ainda assim, um dos seguranças continua em cima dele.

Ao perceberem que João Alberto não dá mais sinais vitais, os agressores não demonstram nenhuma preocupação, e não o levam ao hospital que fica apenas a cerca de 3 minutos dali. Chamam o SAMU, que demora 14 minutos para chegar.

Os agentes do SAMU tentam reanimar a vítima, sem sucesso. João Alberto tá morto.

No mesmo dia do crime, os dois principais agressores são presos em flagrante. Magno Braz Borges e Giovane Gaspar da Silva, os seguranças da empresa terceirizada Vector, que imobilizaram, espancaram e asfixiaram a vítima. Ambos são homens brancos.

Quatro dias depois, Adriana Alves Dutra é presa. Lembra daquela funcionária do Carrefour que acompanhou e filmou toda a ação? Pois é, era ela – a agente de fiscalização do supermercado e que gerenciava a loja na noite do crime. Era hierarquicamente superior aos outros, e mostrou ter coordenado todas as ações.

Três semanas depois do crime, a Polícia Civil do Rio Grande do Sul indiciou seis pessoas. Além das três já citadas, as outras são: Rafael Rezende e Kleiton Silva Santos, funcionários do Carrefour e Paulo Francisco da Silva, funcionário da Vector, Esses três suspeitos respondem em liberdade.

O relatório da Polícia Civil cita o racismo estrutural como determinante no homicídio. Apesar disso, nenhum dos indiciados foi acusado do crime de racismo.

(TRECHO DE ENTREVISTA)

Nós não temos aqui como afirmar que alguma ofensa relacionada à cor de João Alberto foi pronunciada naquele momento. Mas nós podemos aqui considerar, sem dúvida nenhuma, que está arraigado nesse meio social, o que todos nós viemos a tratar desde a data do fato, que é o racismo estrutural, que são ações arraigadas no meio e que traduzem e que demonstram a normalidade de tratamento destas pessoas.

Essa foi a delegada do caso, Roberta Bertoldo. Segundo ela, não tem nenhum indício de que a motivação central do crime tenha sido racismo, mas houve contexto discriminatório. A situação foi classificada como "degradante" e "desumana".

Os acusados serão julgados em júri popular, que, quatro anos depois do crime, ainda não tem data marcada pra acontecer.

Já o Carrefour realizou um acordo com órgãos do Sistema de Justiça, se comprometendo a direcionar 115 milhões de reais para ações de enfrentamento ao racismo. O Termo de Ajustamento de Conduta foi assinado em junho de 2021, sete meses após o crime.

O crime contra João Alberto desencadeou protestos, manifestações populares e de movimentos negros em todo o país. Houve fechamento de lojas Carrefour e as principais palavras de ordem foram "Vidas negras importam".

Sim. Vidas negras importam! Mas infelizmente, a dura realidade mostra que, na prática, na nossa sociedade, vidas negras são frequentemente discriminadas e violentadas. E isso precisa mudar já!

É dever das instituições públicas e de toda sociedade combater o racismo nas suas diversas formas pra que não existam mais casos como o de João Alberto. Nós vamos seguir na luta contra o racismo trazendo novas histórias. Acompanhe com a gente!

(COMEÇA TRILHA SONORA AO FUNDO)

O assassinato cruel de João Alberto Freitas em uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre, faz a gente refletir sobre as profundas raízes do racismo estrutural em nossa sociedade. Esse episódio violento expõe como o preconceito e a discriminação racial podem estar presentes até nas interações cotidianas e em diversas esferas sociais e institucionais.

Conversamos com Leonardo Menin, promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e da Proteção aos Vulneráveis do Ministério Público do Rio Grande do Sul, e com Enrico Rodrigues de Freitas, procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul.

Enrico comenta sobre as dificuldades enfrentadas pelo sistema de justiça no Brasil em lidar com o racismo estrutural e institucional.

(COMENTÁRIO ENRICO)

"Tanto o sistema de justiça brasileiro como a sociedade brasileira têm uma dificuldade muito grande em compreender os efeitos da discriminação racial, sua origem, suas consequências e também a questão da existência de um racismo estrutural e um racismo institucional. Então como desafio ao sistema de justiça é, em primeiro lugar, a capacitação de seus membros, tanto juízes, membros de Ministério Público, da polícia, da Defensoria Pública, para o reconhecimento de que o racismo no Estado brasileiro foi construído historicamente e ele tem um contexto estruturante e estrutural que envolve tanto o acesso de pessoas negras ao sistema de justiça como membros, mas também na sua utilização, concretamente no dia a dia, nos casos de reconhecer que os casos que chegam ao sistema de justiça estão permeados de racismo, seja quando temos uma criminalização da população negra, seja quando temos casos que estruturalmente são preenchidos por uma motivação racial e que acabam por não ser reconhecidos pelos sistemas de justiça. Então essa capacitação e esse reconhecimento da existência de um racismo estrutural que envolve também a prática de crimes, é fundamental. E, no caso João Alberto, isso resta muito demonstrado, não é? A presença ali de que havia uma motivação ou pelo menos uma situação em que aqueles seguranças se

sentiam autorizados a fazer o que fizeram pelo fato dele ser uma pessoa negra."

Leonardo Menin também fala sobre a importância de capacitar funcionários e criar protocolos antirracistas nos estabelecimentos para evitar futuros casos de violência racial.

(COMENTÁRIO LEONARDO)

"Para que os estabelecimentos comerciais evitem que casos como o João Alberto voltem a acontecer, é muito importante que eles invistam em capacitação, seja dos funcionários, seja dos gestores, mas também na conscientização dos clientes para que essas pessoas se apropriem de temas como o racismo, o que é o racismo estrutural, o que é o racismo institucional. E a partir, por exemplo, desse letramento, possam atuar em práticas antirracistas. É importante que os estabelecimentos também possuam uma política clara antirracista e um plano definido de atuação que preveja protocolos de atuação em casos extremos, como, por exemplo, esse que deu origem ao caso João Alberto. Com o estabelecimento de medidas como o acionamento dos serviços públicos necessários para que se evite esse tipo de dano extremo. E também que haja o treinamento, a previsão de treinamento periódico dos funcionários e gestores, a contratação de funcionários com perfil específico para a defesa de direitos e, para além disso, que, por exemplo, estipulem canais de denúncia efetivos nos seus sites e aplicativos ou por meio de telefones. Esses, porém, são algumas iniciativas que podem ser adotadas para que casos como João Alberto não voltem a acontecer.

O procurador da República Enrico Rodrigues reforça a importância dessas iniciativas.

(COMENTÁRIO ENRICO)

"Um caso como o João Alberto, a sua discussão pública, o seu debate, a criação de mecanismos como termos de ajustamento de conduta tem uma função de, em primeiro lugar, evidenciar que esse racismo existe e, em segundo lugar, que ele deve ser combatido por políticas públicas e políticas privadas, através da construção de medidas que impeçam a ocorrência do racismo, de capacitação de pessoas que reconheçam que ele existe e que passem a agir de uma forma não racista e também a agir de uma forma que seja de enfrentamento desse racismo."

(COMEÇA TRILHA SONORA AO FUNDO)

Esse foi o Sobre Tons, o podcast antirracista do Ministério Público de Minas Gerais. Eu sou Chris Antuña e estão comigo na equipe: Alice Rodrigues, Allender Barreto, Eduardo Curi, Esther Gonçalves, Giselle Borges, Helena Drummond, Larissa do Vale, Leonardo Faustino, Mariana Alves, Marisa Guimarães e Thaís Dutra.

Esse episódio teve como fontes: Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e Portal G1. Contou com áudio do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.

Acompanhe a gente na Rádio MP em radiomp.mpmg.mp.br, no [Spotify](#) ou no [YouTube](#). Compartilhe esse conteúdo. Junte-se a nós na luta contra o racismo! Siga o MPMG nas redes sociais, procure por MPMG OFICIAL e deixe a sua sugestão para os próximos episódios do [Sobre Tons](#). Obrigada pela companhia e até a próxima!

(TERMINA TRILHA SONORA)